



A DESCONSIDERAÇÃO DE PROVAS ILÍCITAS NO DIREITO PENAL BRASILEIRO

Autor(res)

Luciana Leal De Carvalho Pinto

Matheus Henrique Silva Duarte

Thiago Henrique Nunes

Categoria do Trabalho

1

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BELO HORIZONTE - UNIDADE ANTONIO CARLOS

Introdução

A desconsideração de provas ilícitas no direito penal é um tema de grande relevância e complexidade, especialmente no contexto do sistema jurídico brasileiro. A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu artigo 5º, inciso LVI, a inadmissibilidade de provas obtidas por meios ilícitos, refletindo a importância de garantir um processo justo e equilibrado. Este trabalho tem como objetivo explorar os fundamentos jurídicos e as implicações práticas da exclusão de provas ilícitas, analisando a jurisprudência e a doutrina sobre o tema. A discussão se estende à aplicação do princípio da proporcionalidade e às exceções à regra da inadmissibilidade, buscando compreender como esses elementos influenciam a busca pela verdade no processo penal e a proteção dos direitos fundamentais dos acusados.

Objetivo

Analisar os fundamentos e as implicações da desconsideração de provas ilícitas no direito penal brasileiro, destacando a jurisprudência e as exceções à regra da inadmissibilidade.

Material e Métodos

Para a realização deste estudo, foram utilizados materiais bibliográficos, incluindo livros, artigos acadêmicos e jurisprudência relevante. A metodologia adotada foi a pesquisa qualitativa, com análise documental das decisões judiciais e dos textos legais pertinentes. A revisão da literatura permitiu identificar os principais argumentos doutrinários e as interpretações jurisprudenciais sobre a desconsideração de provas ilícitas, bem como as situações em que a aplicação do princípio da proporcionalidade pode justificar a admissão de tais provas.

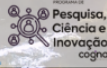
Resultados e Discussão

Os resultados da pesquisa indicam que a desconsideração de provas ilícitas é um princípio fundamental para a garantia de um processo penal justo. No entanto, a aplicação desse princípio não é absoluta, havendo exceções baseadas na proporcionalidade e na necessidade de proteger direitos fundamentais mais relevantes. A jurisprudência brasileira tem reconhecido a importância de excluir provas obtidas por meios ilícitos, mas também admite situações em que a prova ilícita pode ser utilizada, desde que justificada por um interesse maior. A

IV Congresso Nacional de Pesquisa Jurídica

Sustentabilidade, Desenvolvimento e Democracia

16 a 20 de Setembro 2024



discussão revela a tensão entre a busca pela verdade e a proteção dos direitos individuais, destacando a necessidade de um equilíbrio cuidadoso entre esses valores.

Conclusão

A desconsideração de provas ilícitas no direito penal brasileiro é essencial para assegurar um julgamento justo e a proteção dos direitos fundamentais. Embora existam exceções à regra da inadmissibilidade, estas devem ser aplicadas com cautela, respeitando o princípio da proporcionalidade e garantindo que a utilização de provas ilícitas não comprometa a integridade do processo penal.

Referências

Constituição Federal de 1988, art. 5º, inciso LVI.

Código de Processo Penal, art. 157.

Cappelletti, Mauro. "A Prova no Processo Penal."

Feitosa, José. "Princípios Constitucionais e a Prova Ilícita."

Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.